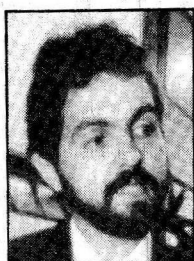


tribuna da

CIDADE

POR AGNELO QUEIROZ



Deputado distrital pelo PC do B — DF

Caos e decadência

Semearam o caos na rede pública de saúde do Distrito Federal e todos estão colhendo a fatura do desleixo, a safra do descaso, o superávit da decadência.

Em todos os cantos do sistema o quadro é o mesmo. São prédios danificados, infiltrados, sujos. Os equipamentos obsoletos e inadequados, sem manutenção há anos. Faltam insumos básicos, medicamentos elementares, gaze, esparadrapo.

Os recursos humanos já se revelam exauridos pela engrenagem de um atendimento cada vez mais distante das condições mínimas para a dignidade profissional e para o respeito aos usuários.

Os ambulatorios perderam sua agilidade e resolutividade, convertendo-se em focos gerados de frustrações intermináveis para a população e os prestadores de serviços.

Os postos de emergência tornam-se a última esperança para toda essa clientela do abandono, fazendo com que os pronto-socorros funcionem abarrotados, atendendo casos que, na sua maioria, requerem apenas a assistência ambulatorial.

E o nosso sistema público de saúde que agoniza. A resposta das autoridades é a construção de novos hospitais.

A nosso ver, antes de mais nada, deveriam reativar as centenas de leitos atualmente ociosos em toda a rede: todo um andar do Hran encontra-se desocupado; os hospitais do Gama e de Taguatinga possuem 200 leitos vagos cada; o Sarah Kubitschek dá-se ao luxo de manter dois andares desativados, enquanto o Hospital das Forças Armadas opera igualmente muito aquém de suas possibilidades de internação.

O que falta, na verdade, não são leitos, mas recursos para o funcionamento dos hospitais dentro de sua capacidade já instalada. O Governo do Distrito Federal, entretanto, insiste em remar contra a razão. Insiste em manter sua política de assentamentos, agora na área de saúde.

Diante deste quadro, torna-se relevante a elaboração de nossa Lei Orgânica. Precisamos criar, nesta oportunidade, os mecanismos de saneamento definitivo da administração pública, especialmente no tocante à saúde de nosso povo. Temos que garantir, sobretudo, a descentralização administrativa, com autonomia orçamentária das regionais, e a criação dos conselhos comunitários, com poder deliberativo e fiscalizador, que possibilitem à comunidade a discussão de suas prioridades e o acompanhamento da aplicação dos recursos que lhes pertence. Fora isso, é semear o caos e colher a decadência.